

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**ACONTECIMENTO LINGÜÍSTICO:
O DISCURSO POLÍTICO E A COMEMORAÇÃO DA LÍNGUA.**

Mônica Graciela Zoppi Fontana
monzoppi@iel.unicamp.br

Doutor/Pós-doutorado
Universidade Estadual de Campinas-CNPq¹

Introdução

Na nossa pesquisa sobre o processo de gramatização da língua brasileira como língua transnacional², ocorrido a partir de fins dos anos 80 do século XX, analisamos a ocorrência de *acontecimentos lingüísticos* que sinalizam movimentos institucionais de assunção de uma posição de autoria em relação não só à produção de conhecimento metalingüístico sobre a língua, mas também em relação à sua circulação e à gestão do acesso a ela no território nacional e fora dele. Assim, nos últimos anos, uma série de iniciativas encampadas pelo Estado brasileiro, através de diversas instâncias do governo federal, tem colocado a língua como centro de atenção e alvo de políticas públicas. Para mencionar só algumas dentre elas, citamos: a criação do Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 20-3-06; a realização em 7-3-05 do Seminário Legislativo para a Criação do Livro de Registros das Línguas, a partir de proposta do Dep. Carlos Abical; a criação da Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa - COLIP, em 27-9-05; a proposta de criação do Instituto Machado de Assis, a partir de deliberação da COLIP em dezembro de 2005, a instituição do Dia Nacional da Língua Portuguesa, através da lei nº 11.310, de 12 de junho de 2006. Entre outros objetivos declarados, estes gestos institucionais têm como objetivo precípuo a valorização e divulgação da língua portuguesa no território nacional e no espaço internacional.

Neste trabalho, desenvolvemos uma reflexão teórica sobre a noção de *acontecimento lingüístico* e analisamos um corpus representativo do funcionamento discursivo desta noção, visando a descrever a participação do discurso político-legislativo tanto na constituição do acontecimento lingüístico quanto na configuração do lugar enunciativo a partir do qual ele é produzido. Para tanto, exploramos um

¹ Este texto apresenta avanços parciais do projeto *O discurso político sobre a língua no Brasil a partir dos anos 90*, Bolsa PQ-CNPq, processo 306635/2007-0.

² Cf. ZOPPI FONTANA, 2009a, 2009b; ZOPPI FONTANA, org. 2009; ZOPPI FONTANA & DINIZ, 2006 e 2008.

conjunto de documentos parlamentares que compõem o processo iniciado pelo Senado Federal para a instituição do *Dia Nacional da Língua Portuguesa*, proposta que foi aprovada e posta em vigência mediante a lei nº 11.310, promulgada pelo presidente da Nação em 12 de junho de 2006.

Definindo acontecimento lingüístico

GUILHAUMOU (1997) define o conceito de *acontecimento lingüístico* destacando, na gramatização, os espaços intersubjetivos propícios à inovação lingüística, e valorizando, no plano teórico, a consciência lingüística dos sujeitos falantes em relação à própria língua, bem como o funcionamento dos instrumentos lingüísticos em momentos históricos marcados pela mudança. Assim, este autor relaciona o conceito de *acontecimento lingüístico* com seu conceito de *acontecimento discursivo* (GUILHAUMOU, 1997), o qual é pensado como **momento de emergência de formas singulares de subjetivação** (destaques nossos). ORLANDI (2002, p. 32), por sua vez, introduz o conceito de *acontecimento lingüístico* na sua reflexão sobre o processo de gramatização do português no Brasil para “nomear especialmente, em um caso como o da colonização, essa relação do lugar enunciativo e a língua nacional”, sempre considerando que “toda interpretação de um lugar enunciativo necessita levar em conta a consciência lingüística da época considerada e a forma como a questão da enunciação é apresentada nesse período”. A partir destes autores, observamos que a noção de *acontecimento lingüístico* é definida pela sua reflexividade enunciativa, isto é, pela sua interpretação como acontecimento pelos sujeitos envolvidos na enunciação, e pela sua reflexividade metalingüística, através da qual a língua se constitui em objeto de uma enunciação política. COLLINOT & MAZIÈRE (1994) analisam o primeiro dicionário monolingüe de francês, publicação pela Academia Francesa em 1694, como um *acontecimento lingüístico* através do qual se institui a “língua francesa” como racionalização das práticas languageiras concretas, percebidas-interpretadas como “língua comum”. Conforme os autores (op.cit., p.195), a “língua comum”, definida no prefácio do dicionário como “tal como ela é no comércio ordinário das pessoas honestas, e tal como os Oradores e os Poetas a empregam”, é racionalizada, conceitualizada pela Academia Francesa como “língua francesa”, isto é, como língua “pensada”, “conscientizada” na sua dimensão de língua nacional. Esta “racionalização” permite a passagem imaginária de “língua comum” a “língua nacional”. Neste sentido, o *acontecimento lingüístico* do *Dicionário da Academia Francesa* sinaliza um momento de inflexão na relação estabelecida entre o sujeito e a língua, vivido/percebido/interpretado como tal pelos sujeitos das práticas discursivas que não só dizem (sobre) essa língua, mas que a instituem por meio de um instrumento lingüístico que a constitui como objeto (na sua unidade imaginária) de um saber e um fazer metalingüístico. Recorremos a PÊCHEUX (1975, p. 215) na tentativa de melhor explicitar o que compreendemos neste nosso trabalho por “consciência lingüística”, na sua inscrição em lugares de

enunciação (ZOPPI FONTANA, 2001) delimitados no acontecimento lingüístico como efeito da contradição constitutiva entre as posições-sujeito no interdiscurso. Trata-se, para nós, de uma reduplicação dos processos de identificação que constituem o sujeito em uma posição-sujeito dada, movimento vivido-percebido-experenciado imaginariamente pelo sujeito da enunciação como uma “tomada de posição”. Para o analista, então, descrever uma montagem de enunciados no arquivo como *acontecimento lingüístico* consiste em “detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tal, isto é, como efeitos de identificação assumidos” (PÊCHEUX, 1983, p.57). Trata-se, portanto, de delimitar no corpus “os pontos singulares de um fluxo contínuo” em que emerge o acontecimento lingüístico e “concretiza-se temporariamente em um estado de hiperlíngua” (GUILHAUMOU, 2009, p.97), em torno à representação discursiva de uma “tomada de posição” do sujeito em relação à questão da língua, especificamente da língua nacional, como é o caso que estudamos.

Os acontecimentos lingüísticos de monumentalização da língua

Em um trabalho anterior (ZOPPI FONTANA, 2009c), em que analisava os processos de gramatização pelos quais o português do Brasil é significado como *língua transnacional*, propus considerar, juntamente com os processos de gramatização de uma língua e de institucionalização de um saber metalingüístico sobre ela, os processos de *monumentalização* dessa língua, que consistem em instituir a língua como *monumento*, no sentido trabalhado por NORA (1984) de *lugar de memória e de objeto material e simbólico de comemoração-rememoração*. Nesse processo de monumentalização, a língua é declinada pelos sentidos de “patrimônio”, de “bem imaterial”, sendo definida metonimicamente em relação ao Estado-Nação que a individualiza historicamente. No período que estudamos (de 1991 até hoje), algumas iniciativas do poder público significam a língua portuguesa como “patrimônio nacional”³. Esta interpretação está na base dos **processos metonímicos** que significam a língua brasileira na sua *dimensão transnacional* como parte *material*⁴ do Estado e da Nação brasileira. Encontramos este funcionamento, por exemplo, na realização do Seminário Legislativo para a Criação do Livro de Registros das Línguas, cujo objetivo declarado foi “discutir a instituição de uma POLÍTICA PATRIMONIAL para as línguas brasileiras” (Release, Câmara dos Deputados, 7-3-05, destaques do documento). Também o encontramos representado no texto da portaria do Ministério de Educação que cria a Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa – COLIP.

“O Ministro de Estado da Educação [...] Considerando que **a promoção da Língua Portuguesa e de todo o múltiplo patrimônio lingüístico do país** é uma questão do

³ MEDEIROS (2009), aponta para o processo de monumentalização do popular através da criação de um museu e um dicionário no período JK.

⁴ ORLANDI (2009:169) defende a compreensão das línguas como patrimônio lingüístico material “A língua TEM materialidade”.

Estado Brasileiro e de sua Soberania Nacional [...] Resolve instituir a COLIP [para] [...]

- Apresentar propostas de **promoção internacional do Brasil** por meio de políticas governamentais em coordenação com o MRE [...]

- Apresentar propostas conjuntas com o MINC visando à **promoção e à difusão do Brasil lingüístico**” (MEC, Portaria 4056, 27-9-2005, criação da COLIP)

Observe-se a relação de paráfrase estabelecida por substituição entre “promoção internacional do Brasil” e “promoção e difusão do Brasil lingüístico”, na qual aparece explicitado o processo metonímico que vincula a “língua portuguesa”, enquanto patrimônio do país, à Soberania Nacional. Perceba-se, também, que a “língua portuguesa” aparece em lugar de destaque, não se diluindo no “todo” do “múltiplo patrimônio lingüístico do país”: ela é uma parte nobre do corpo da Nação brasileira⁵; ela “tem incontáveis riquezas, tanto as riquezas criadas pelos artistas e artífices da língua, como as criadas por seu uso comum e cotidiano, pela boca do povo, bem poderíamos dizer” (pronunciamento do Senador Papaléo Paes, em 6-11-2006, no Senado Federal).

Especial atenção merecem outros dois gestos de política lingüística de “promoção do português do Brasil como língua internacional”, que analisamos como processos de *monumentalização da língua*: referimo-nos à criação do Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 20-3-06, e à instituição do Dia Nacional da Língua Portuguesa, através da lei nº 11.310, de 12 de junho de 2006. Estes gestos de intervenção do Estado nacional na “questão da língua” interferem na configuração do espaço de enunciação do português do Brasil ao significar a língua nacional como um *lugar de memória* (NORA, 1984), instituindo-a como *monumento e lugar de comemoração-rememoração*, onde se reafirma a identidade nacional ao mesmo tempo em que ganha projeção internacional. Assim, por exemplo, o Ministério da Cultura comenta, na sua página web, a inauguração do Museu de Língua Portuguesa destacando que “o museu é a primeira instituição totalmente dedicada **ao idioma original de um país**”⁶ (destaques nossos).

Comemorar a língua nacional: instituir uma data “brasileira”

Um caso representativo dos processos discursivos de monumentalização da língua nacional pode ser estudado no corpus de textos parlamentares que recortamos em torno da instituição do *Dia Nacional da Língua Portuguesa*, que inclui: o projeto de lei nº 149 de 2004 apresentado pelo Senador Papaléo Paes; o Parecer nº 1859 de 2004 da Comissão de Educação do Senado Federal, cujo relator foi o Senador Luiz Otávio; lei nº 11310 de 12 de junho de 2006, promulgada pelo Presidente da Nação, Luiz Inácio Lula da Silva; pronunciamento do Senador Marco Maciel junto ao Senado Federal em 17-06-2005, em comemoração ao Dia da Língua Portuguesa no dia 10-6-05, data em homenagem ao aniversário da morte de Luiz de Camões; pronunciamentos do Senador Papaléo Paes em 20-11-2006 e

⁵ As considerações sobre estes dois gestos de política de línguas foram desenvolvidas em ZOPPI FONTANA org. 2009 e são retomadas parcialmente aqui.

⁶http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/, acesso em 9-8-07.

25-11-2008 em comemoração ao Dia Nacional da Língua Portuguesa, celebrado no dia 5-11 de cada ano, data estabelecida em homenagem ao nascimento de Rui Barbosa. Nessa dispersão de textos político-legislativos podemos traçar os pontos de emergência do *acontecimento lingüístico* nos quais momentos de interpretação se representam como “tomadas de posição” do sujeito de enunciação, que redobrando a identificação com a posição sujeito que o constitui, significa explicitamente à língua nacional como patrimônio e propõe sua instituição como *lugar de comemoração*, isto é, investe simbolicamente e politicamente na sua *monumentalização*, conforme definimos este processo neste nosso trabalho.

No recorte que segue, observamos indícios destes gestos de interpretação nas formulações, materializados como marcas de modalização dos enunciados, que sinalizam o movimento do sujeito como “tomadas de posição” produzidas no lugar de enunciação do político-legislador.

“Sobram razões para que sejam envidados todos os esforços no sentido de valorizar e preservar o nosso maior patrimônio: a língua portuguesa [...] **Entendemos**, entretanto, que essa é, sobretudo, uma tarefa de Estado. **Acreditamos** que a instituição de um dia consagrado à língua pátria **deverá sensibilizar** o governo, que, por intermédio dos seus órgãos de atribuição específica, **será instado a** implementar ou incrementar as ações já existentes, voltadas para a proteção do idioma nacional. A par da atuação do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, urge uma definição de iniciativas em nosso próprio território em favor dessa nobre causa”. (Projeto de lei nº149/2004, destaques nossos)

“Ainda que não seja para criar um feriado, a instituição de uma data nacional por meio de lei tem vários objetivos [...] Significa uma forte sinalização às autoridades **para que**, nessas referidas datas, **sejam organizados** eventos, programas e campanhas alusivos ao tema [...] Ressalte-se que uma data **deve guardar** consonância com os valores da comunidade nacional, ainda que compartilhados com outras comunidades situadas em outros países. Se em Portugal, a comunidade lusitana pode escolher Camões ou Saramago para simbolizarem a língua, **por que brasileiros não poderiam** escolher Rui Barbosa que, além de grande cultor das letras, na condição de orador e jurista, foi também um grande defensor das liberdades democráticas?”. (Parecer nº 1859/2004, Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – DF, destaques nossos)

A descrição e a análise destes documentos permitem descrever a configuração do lugar do político-legislador, a partir do qual o sujeito produz um dizer e um fazer político que coloca a língua nacional como seu objeto. O modo de dizer materializado nas formulações pelas marcas de modalização nos fornece indícios do processo de reduplicação da identificação que constitui a posição sujeito que ali se enuncia, representando os gestos de interpretação do sujeito como “tomadas de posição do político-legislador” assumidas e representadas enquanto tais. Esta representação de uma “consciência lingüística”, que ao mesmo tempo institui a língua portuguesa do Brasil como *monumento* e a significa no equívoco de suas dimensões de *língua nacional* e *língua transnacional*, nos permitem descrever o conjunto de textos que instituem o *Dia Nacional de Língua Portuguesa* como *acontecimento lingüístico*.

Por outro lado, a representação imaginária dessas “tomadas de posição”, que reivindicam uma posição de autoria para o Estado brasileiro em relação à comemoração da sua língua oficial (“por que

brasileiros não poderiam escolher Rui Barbosa”), permite compreender o funcionamento da “consciência lingüística” que caracteriza esse lugar de enunciação, que significa essa inscrição institucional como sendo a de um protetor/defensor da “riqueza de nosso idioma pátrio”, face aos embates políticos e econômicos do mundo globalizado.

Referências bibliográficas

- COLLINOT, André & Francine MAZIÈRE. “A língua francesa: pré-construído e acontecimento lingüístico”. In: ORLANDI, Eni org. *Gestos de leitura*. Da História no Discurso. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- FOUCAULT, Michel *Arqueologia do saber*. 1969. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1987
- GUILHAUMOU, Jacques. “Vers une histoire des événements linguistiques. Um nouveau protocole d'accord entre l'historien et le linguiste”. In: *Histoire, épistémologie, Langage*, 18/II: 103-126. Paris: SHESL, PUV, 1997
- _____. *Lingüística e História*. Percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos, Pedro & João Editores, 2009.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes, 2002.
- MEDEIROS, Vanise. “Sabendo (d)a língua pelo jornal: o que as colunas, publicações e produção de material nos dizem da língua”. In: MEDEIROS, V. & M.T.TEDESCO *Estudos da linguagem em homenagem a Bechara*. Rio de Janeiro, Almãdena, 2009.
- NORA, Pierre org. *Les lieux de mémoire*. 1a ed. 1984. Paris, Quarto Gallimard, 1997.
- ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento lingüístico*. Para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo, Cortez Editora: 2002
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 1975. Campinas:Unicamp, 1988.
- _____. *O discurso*. Estrutura e acontecimento. 1983. Campinas, Pontes, 1990.
- ZOPPI FONTANA, Mónica “Lugares de enunciação e discurso”. Apresentado no II Congresso Internacional da ABRALIN, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará/ABRALIN, 2001. In: *BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA*. V 1, p. 199-201. Fortaleza, ABRALIN/UFC, 2003.
- _____. “Ser brasileiro no mundo globalizado: alargando as fronteiras da língua nacional”.2007. In: GAIARSA, M. e João Santana Neto. *Discursos em análise IV*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2009a. p. 10-32.
- _____. “Política, Estado e o Português do Brasil: uma língua do futuro?”. In: MEDEIROS, V. & M.T.TEDESCO *Estudos da linguagem em homenagem a Bechara*. Rio de Janeiro, Almãdena, 2009b.
- ZOPPI FONTANA, Mónica org. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, RG Editora, 2009.
- ZOPPI FONTANA, M. e L. DINIZ. “Política lingüística no Mercosul: o caso do certificado de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)”. In: *Língua(s) e povo(s): unidade e dispersão*. Congresso Internacional de Política Lingüística na América do Sul. João Pessoa: Idéia, 2006. p 150-156
- _____. “Declinando a língua pelas injunções do Mercado: institucionalização do português língua estrangeira”. In: *Revista Estudos Lingüísticos*, 37 Araraquara, GEL, 2008.